

**REUNIÃO
DO EXECUTIVO**

**ACTA N.º 9
DE 17-04-2006**

ACTA N.º 9**Data da reunião ordinária : 17-04-2006****Local da reunião:** Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Santarém**Início da reunião:** 15:25 horas**Intervalo:** das 16,40 horas às 17,20 horas**Términus da reunião:** 18:30 horas**Resumo diário da Tesouraria:** 13/04/20061.544.874,45 €**Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:****Presidente:** Francisco Maria Moita Flores (até às 16,40 horas)
Ramiro José Jerónimo de Matos (a partir das 17,20 horas)**Vereadores:** Rui Pedro de Sousa Barreiro
Ramiro José Jerónimo de Matos
Manuel António dos Santos Afonso
Mário José Rodrigues dos Santos
Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto
José Marcelino
Lígia Corujo Reis Batalha
Henriqueta da Graça Pereira Carolo**Responsável pela elaboração da acta:****Nome:** Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa
Cargo: Chefe de Secção**Faltas justificadas:****Faltas por justificar:**

-----**ABERTURA DA ACTA**-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram quinze horas e vinte e cinco minutos, começando por saudar o senhor José Marcelino, presente nesta reunião em substituição da senhora Vereadora Maria Luísa Raimundo Mesquita, nos termos dos artigos setenta e oito e setenta e nove da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro.-----

--- Seguidamente deu início ao “**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**”, prestando as seguintes informações: -----

--- Deu conhecimento das decisões proferidas durante a última semana de acordo com o número três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro.-----

--- Senhor **Vereador Manuel Afonso** – Manifestou a sua preocupação pelas condições degradantes em que vivem três idosos, no Casal do Maio, Várzea. Disse ter conhecimento de que foram dados alguns passos no sentido de pedir a desafecção do terreno e manifestou a sua disponibilidade para ajudar no que for necessário para resolver a situação.-----

--- O senhor **Vereador Ramiro Matos** referiu ter sido diagnosticada a situação há algum tempo, tendo-se deslocado ao local.-----

--- Informou que o Presidente da Junta de Freguesia disponibilizou um terreno mas como está inserido na Reserva Agrícola Nacional, tem que ser, previamente, desafectado.-----

--- Disse estar a tentar encontrar soluções transitórias para os idosos, o que não se tem revelado fácil dado o seu estilo de vida e alguma resistência que oferecem na mudança de local.-----

--- Referiu que quando houver uma solução para integrar os idosos, a Câmara e o proprietário terão que proceder à demolição da construção onde se encontram, caso contrário é provável que os idosos voltem.-----

--- Disse estar a procurar uma solução que possa servir não só para esta situação como para outras enquanto se procura uma solução mais definitiva, através de casas pré-fabricadas. Informou que se está a tentar adquirir uma ou duas casas pré-fabricadas para se poder agir rapidamente até surgir a solução definitiva.-----

--- Logo que a Câmara proceda a esta aquisição os idosos serão realojados até que o terreno seja desafectado da Reserva Agrícola Nacional. -----

--- Senhor **Vereador José Marcelino – Um** – Solicitou informações sobre o Plano de Revisão do Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.-----

--- **Dois** – Informou que na Praceta Jaime Cortesão existe um cemitério de automóveis com descarga de óleo pelas barreiras. Considera que a oficina não tem condições. Sugeriu que se verifique a situação no sentido de analisar qual a possibilidade de acabar com aquele atentado ao ambiente. -----

--- Senhora **Vereadora Henriqueta Carolo – Um** – Solicitou informações sobre o Jardim Infantil do Choupal, para o qual foi solicitada intervenção relacionada com a segurança. Até ao momento a situação não está muito diferente, à excepção das rondas efectuadas pela Polícia de Segurança Pública. -----

--- **Dois** – Solicitou informações sobre as visitas aos Estados Unidos, Holanda e ao Brasil, perguntando se é possível dispor dos respectivos relatórios. -----

--- Senhor **Vereador Rui Barreiro – Um** – Disse ter recebido a lista com o pessoal admitido referindo que o mesmo não está correcto, designadamente no que se refere ao Gabinete de Apoio Pessoal onde constam relativamente ao mandato anterior vários chefes de gabinete, adjuntos e secretários o que, como é evidente, não seria possível. Por outro lado, somam-se os trabalhadores independentemente da situação contratual em que se encontram. -----

--- Em seu entender os valores reais correspondem a um terço dos divulgados. Sugeriu que a listagem seja verificada porque, na sua opinião, aqueles números não correspondem à verdade. -----

--- **Dois** – Face às notícias veiculadas pela Comunicação Social a propósito das Águas do Ribatejo, disse poder deduzir que o senhor Presidente possa ter sido excessivamente

cauteloso, atingindo provavelmente o objectivo que queria que era suspender o processo Águas do Ribatejo.-----

--- Assim, solicitou ao senhor Presidente informações sobre este processo, porque os eleitos do PS - Partido Socialista estão interessados em defender o concelho de Santarém, estando disponíveis para assumir a posição que mais defenda esses interesses, desde que tenham conhecimento dos contornos do problema. -----

--- Referiu que desde a reunião em que o senhor Presidente deu conhecimento das supostas contrapartidas até agora, verificaram-se diversos episódios que levantam suspeitas sobre o procedimento e algumas dúvidas sobre os acordos existentes ou não. A este propósito referiu que um dos elementos do Conselho Directivo da CULT - Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo diz publicamente que tem ofícios do Consórcio que negam qualquer tipo de acordo e portanto há um conjunto de episódios que não lhe parecem ser muito positivos para Santarém. -----

--- Assim, solicitou ao senhor Presidente algumas informações sobre esta matéria dada a importância deste processo para o Concelho e para a Região.-----

--- Senhor **Vereador Mário Santos – Um** – Informou que a visita aos Estados Unidos foi em representação da Câmara, respondendo a um convite da Casa do Ribatejo/Estados Unidos. -----

--- **Dois** – Relativamente à visita à Holanda referiu que irá apresentar um relatório que vai ser discutido pelos representantes das Câmaras de Santarém, Vila Nova de Ourém e Azambuja, no próximo dia vinte, em Vila Nova de Ourém, para posteriormente ser presente em reunião.-----

--- **Três** – Relativamente ao jardim escola do Choupal, confirmou a veracidade das afirmações da senhora Vereadora Henriqueta Carolo, referindo que se detectou que a zona era utilizada para fins ilícitos.-----

--- Informou já se ter deslocado ao local acompanhado pela senhora Vereadora da Educação, senhor comandante, subcomissário e o chefe do Departamento de Investigação da Polícia de Segurança Pública, comissão de pais e professores do jardim de infância para verificar as condições do espaço. Referiu que tem vindo a pressionar as

entidades policiais para o patrulhamento da zona e a Câmara tem vindo a proceder à limpeza da zona envolvente.-----

--- A senhora **Vereadora Henriqueta Carolo** lembrou que a Autarquia além das diligências referidas pelo senhor Vereador Mário Santos, iria também colocar um corrimão junto das escadinhas na junção com o portão do colégio para evitar que seja um local de passagem. -----

--- O senhor **Vereador Mário Santos** referiu que a questão do corrimão foi uma proposta da senhora Vereadora Lígia Batalha que referiu já ter solicitado um orçamento para o efeito. -----

--- Acrescentou que a Polícia de Segurança Pública tem alguma dificuldade em disponibilizar efectivos para um patrulhamento adequado. -----

--- A concluir disse que se iria deslocar ao local para verificar o que se passa.-----

--- **Quatro** – Relativamente à questão levantada pelo senhor Vereador José Marcelino, informou que se está a proceder à limpeza em toda a zona de Vale de Reis.-----

--- As viaturas ainda não foram removidas porque a Câmara, neste momento não dispõe de espaços. -----

--- Está a decorrer um concurso para vender as viaturas que estão a ocupar o espaço reservado para o efeito, após o que se procederá à recolha de outras viaturas.-----

--- Informou já ter contactado o proprietário da oficina no sentido de encontrar um espaço alternativo para desenvolver a sua actividade. -----

--- Senhor **Vereador Ramiro Matos - Um** – Na sequência da intervenção da senhora Vereadora Henriqueta Carolo informou que efectivamente, no âmbito do pelouro do turismo, participou no Encontro Luso-Brasileiro de Cidades Luso-Brasileiras de vocação turística, em que o tema central era o turismo e o desenvolvimento sustentável. -----

--- Disse ter o relatório desta visita que poderá disponibilizar, acrescentando que só na semana passada se verificou o encerramento destes trabalhos em Miami, onde foram redigidas as conclusões do Encontro. -----

--- Nesse relatório consta uma análise às diversas regiões turísticas de Portugal e do Brasil com uma apreciação das condicionantes positivas e negativas para cada Região,

quais os desafios que se colocam a cada Região e os intercâmbios possíveis entre Portugal e o Brasil na área turística, assim como alguma possibilidade de introdução de produtos, quer brasileiros no mercado português, quer portugueses no mercado brasileiro. A este propósito disse ter levado alguns produtos regionais de Santarém no sentido de encontrar contactos para a sua introdução no mercado brasileiro, designadamente azeites, vinhos e compotas.-----

--- **Dois** – Relativamente à intervenção do senhor Vereador Rui Barreiro a propósito da lista de pessoal referiu que foi entregue a lista das admissões efectuadas na Câmara Municipal de Santarém no último mandato, que tem cento e quarenta e cinco pessoas. Referiu que a mesma foi elaborada pela Directora do Departamento de Administração e Finanças, que poderá informar quais os critérios utilizados na sua feitura.-----

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro** disse que a sua leitura sobre a questão das admissões é completamente diferente, todavia irá adoptar o mesmo critério. Comentou que irá fazer o balanço final e que para já o ritmo de admissões ultrapassa claramente o que consta na lista que lhe foi entregue.-----

--- O **senhor Presidente**, em resposta ao senhor Vereador José Marcelino, disse que o assunto relativo ao Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros está complicado. Disse ter mantido reuniões com as Câmaras da zona que delegaram na Câmara Municipal de Santarém a sua representação no que se refere à discussão do Plano de Ordenamento quer com o IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico, quer com o Instituto da Conservação da Natureza, quer ainda com o senhor Secretário de Estado.-----

--- Disse considerar que no Plano de Ordenamento está a haver um excesso de zelo que visa, se fosse aplicado tal como foi construído, a liquidação por completo da actividade das pedreiras na zona da Serra d’Aire. As Câmaras Municipais reagiram com muita firmeza neste âmbito, assim como as Associações ligadas às pedreiras também o fizeram, tendo feito chegar esta mensagem ao Secretário de Estado e ao senhor Presidente do Instituto da Conservação da Natureza.-----

--- Em seu entender a estratégia que deve postular o plano de ordenamento é aquela que

articula os direitos da natureza com os direitos do homem e, neste quadro, as Câmaras da Região – sete – não estão disponíveis para perder um único posto de trabalho. -----

--- Disse estar marcada nova reunião com o Presidente do Instituto da Conservação da Natureza, onde estarão presentes representantes das Câmaras envolvidas, empresários, trabalhadores, na qual irão comunicar a incapacidade completa para aceitar o plano de ordenamento previsto, sem contrapartida que não seja gerar desemprego e desertificação das serras. -----

--- Acrescentou que isto não significa a defesa intransigente dos empresários mas sim uma relação sensata, equilibrada e ponderada sobre a Serra D’Aire. -----

--- Relativamente às viagens afirmou que uma autarquia com a importância de Santarém, que tem que estar forçosamente na competição desenfreada com as outras autarquias, quer no que respeita aos Quadros Comunitários quer no que respeita ao desenho estratégico de investimento, tem que estar aberta ao mundo, desde que viaje de acordo com a Lei e com objectivos definidos e de interesse para a Autarquia. -----

--- O senhor **Vereador Manuel Afonso** lembrou que quando teve conhecimento da deslocação do senhor Vereador Mário Santos à Holanda para análise de problemas ligados aos resíduos sólidos, concordou com a mesma. Parece-lhe, todavia, que quem se desloca ao exterior deve elaborar um relatório dando conhecimento do que aconteceu nessa visita. -----

--- O senhor **Vereador Mário Santos** informou ter-se deslocado aos Estados Unidos tendo ficado decidido com o Presidente da Casa do Ribatejo nos Estados Unidos e com o senhor Cônsul de Newark que no início do próximo ano iria uma delegação aos Estados Unidos para fazer a promoção dos vinhos. -----

--- Informou ter estado com o Chefe de Gabinete da Câmara do Cartaxo no sentido de programar esta deslocação. -----

--- Lembrou que, na altura, havia informado que a viagem aos Estados Unidos se destinava a responder a um convite para a inauguração da Casa do Ribatejo tendo, entretanto, surgido a questão da comercialização de vinhos. -----

--- Relativamente à deslocação à Holanda foi o único representante da Câmara

Municipal de Santarém. Também esteve presente uma técnica de ambiente da Câmara Municipal de Ourém que ficou de elaborar um relatório que, após análise conjunta das Câmaras Municipais de Santarém e da Azambuja, será apresentado às respectivas Câmaras. Esta reunião está prevista para o próximo dia vinte. -----

--- Senhor **Vereador Joaquim Neto – Um** – Manifestou também a sua preocupação relativamente ao Plano de Ordenamento das Serras de Aire e Candeeiros. -----

--- Disse ter participado numa reunião, em representação da Câmara, onde foram apresentadas pelo Presidente do Instituto da Conservação da Natureza, as linhas gerais do plano, tendo já nessa altura as Câmaras manifestado desacordo relativamente à proposta apresentada. -----

--- Acrescentou que o que lhe pareceu na altura é que a proposta de ordenamento do Parque sendo aprovada antes do nosso Plano Director Municipal poderia causar bastantes transtornos relativamente a quaisquer alterações que se pretendessem executar no âmbito dos perímetros urbanos das localidades. -----

--- **Dois** – Relativamente ao jardim de infância do Choupal referiu que, em seu entender, deveria ser feita alguma intervenção no sentido da requalificação da zona envolvente. ---

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro** interveio novamente referindo que, na sua opinião, deveria ser dado conhecimento prévio ao Executivo de eventuais deslocações ao estrangeiro, assim como, após essas viagens deveriam ser presentes os respectivos relatórios. -----

--- Prosseguiu referindo que o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros é muito importante para Santarém mas as pessoas que habitam nas freguesias abrangidas pelo Parque são também muito importantes devendo ser preservadas e ter condições para viver no local que escolheram. -----

--- Afirmou que o senhor Presidente pode contar com o apoio político do PS - Partido Socialista nesta matéria porque considera essencial nesta fase da revisão do Plano de Ordenamento, que a Câmara tenha uma posição dura e que salvguarde os interesses dos munícipes de Santarém, obviamente preservando também as questões ambientais. -----

--- O **senhor Presidente** interveio novamente referindo, a propósito da Empresa

Intermunicipal Águas do Ribatejo, não ser verdade que a Câmara de Santarém tenha pretendido suspender o concurso, pelo contrário, tem desenvolvido esforços para que o concurso não seja anulado a não ser que a CULT - Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo assim o entenda.-----

--- Frisou que o problema é muito claro e que Santarém se encontra numa posição muito confortável pois está na disposição de fazer o negócio com o parceiro que ganhou mas se a CULT - Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo anular o concurso também fará o negócio com outro parceiro. -----

--- Disse ter havido uma decisão da CULT - Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo no sentido de suspender o concurso. A este propósito referiu que a posição que defendeu foi no sentido de deixar ao critério da CULT - Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo essa decisão. -----

--- Disse assumir a responsabilidade das decisões que tomou num quadro estritamente legal, mantendo-as pois só pretende atingir um objectivo que é defender os interesses do povo de Santarém.-----

--- Acrescentou que a CULT - Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo entendeu mal as palavras que proferiu na reunião de Câmara realizada em três deste mês, quando sempre disse que os parceiros da CULT - Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo têm feito os possíveis e impossíveis para resolver os problemas internos dos seus Concelhos e Santarém não só tem que fazer esses possíveis como tem ainda que salvar o que já perdeu. Todavia, em sua opinião, Santarém já perdeu tanta riqueza ao longo destes trinta anos que não pode perder mais. -----

--- Prosseguiu referindo que a empresa em causa constitui um motor decisivo para toda a Região, não acreditando que haja na Câmara de Santarém um Vereador que não esteja com o seu Presidente na defesa intransigente, no quadro da legalidade, dos interesses de Santarém. -----

--- Referiu que os documentos sobre este assunto estão no seu Gabinete, podendo os senhores Vereadores consultá-los se assim o entenderem. -----

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro** lembrou que o PS - Partido Socialista foi o único

que votou a favor da criação desta empresa porque considera ser a única solução possível para resolver um conjunto de problemas. Acrescentou que têm todo o interesse em defender o concelho de Santarém pelo que estarão sempre solidários com o Presidente desde que o que esteja em causa seja a defesa dos interesses de Santarém. -----

--- Defendeu que o que disse no início foi que havia várias leituras sobre os acontecimentos que se têm verificado e uma delas seria a da anulação do concurso. -----

--- Aludiu a uma reunião da Assembleia Municipal onde o senhor Presidente pôs em dúvida se haveria adjudicação das Águas do Ribatejo ou não. -----

--- O **senhor Presidente** frisou que defende aquele projecto como fundamental para a Região do ponto de vista da coesão económica e da solidariedade. -----

--- O senhor **Vereador Ramiro Matos** recordou que, efectivamente a CDU - Coligação Democrática Unitária votou contra a criação da Empresa e o PSD - Partido Social Democrata se absteve após introdução de diversos elementos e alterações ao caderno de encargos e sempre afirmou que não concordava com o procedimento que tinha sido seguido tendo em vista a constituição da referida empresa. -----

--- Disse não compreender a posição de questionar o concurso por eventuais investimentos que decorrem com o consórcio vencedor em Santarém, designadamente, quando sugerem que o senhor Presidente possa propositadamente estar a provocar a suspensão do concurso, o que não é verdade como se pode ver pela posição claramente assumida pelo senhor Presidente. -----

--- Disse também não compreender as questões levantadas até porque o mau negócio já estava feito, o mau negócio pelo qual a Câmara não recebia sequer próximo daquilo que entregava em termos de empresa já estava feito, portanto tudo o que vier a mais será sempre um ganho. -----

--- Disse querer realçar que o PS - Partido Socialista está efectivamente solidário com a posição do senhor Presidente neste momento em face ao andamento do processo. -----

--- Perguntou qual seria a posição do PS - Partido Socialista sobre uma eventual anulação do concurso com base nas parcerias desenhadas entre a Câmara e o consórcio ganhador. -----

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro** começou por afirmar que o PSD - Partido Social Democrata devia ter inviabilizado o processo se havia alguma coisa com que não concordavam. -----

--- Relativamente à questão da solidariedade referiu só poderem ser solidários com aquilo que conhecem. Afirmou ser solidário com os interesses do Concelho de Santarém e por isso solicitou informações sobre o processo. -----

--- O senhor **Vereador José Marcelino** disse estar à vontade sobre este processo porque sempre afirmou que a constituição desta empresa era um mau negócio para Santarém, porque o património que se ia entregar à empresa era muito maior do que o que se iria receber. -----

--- A concluir a sua intervenção afirmou que para defender os interesses de Santarém também está sempre disponível. -----

--- Findo o Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao “**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**” sem a presença do senhor Presidente que, por motivos incontornáveis teve que se ausentar, deixando de participar na apreciação e votação dos restantes assuntos. -----

-----LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES-----

--- INFORMAÇÕES PRÉVIAS-----

--- De **ISAURINDA SOARES LOURO E OUTROS**, residente na Rua Vasco da Gama, número quatro – segundo esquerdo, Freguesia de Marvila, nesta cidade, respectivamente, solicitando informação prévia para construção de um edifício destinado a comércio e habitação multifamiliar, na Rua Vasco da Gama, Freguesia de Marvila, nesta Cidade. -----

--- Pela **Divisão de Gestão Urbanística**, foi prestada a seguinte informação: -----

--- “Dando cumprimento ao parecer da Directora do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente – DGUA, informo que deverão considerar-se dois procedimentos distintos relativamente ao presente processo:-----

--- **Um** - Deverá o Executivo Camarário decidir se o limite entre as zonas Z dois e Z três se situa a tardoz das construções, permitindo considerar-se que o edifício proposto possa

assumir uma cêrcea até vinte cinco metros, condicionado ao cálculo da média de alturas;

--- **Dois** - Deverá comunicar-se à requerente para apresentar os elementos assinalados em falta na ficha de saneamento liminar e dar cumprimento aos preceitos técnicos vinculados na informação técnica emitida anteriormente (constante do processo) e no parecer do Arquitecto António Duarte, nomeadamente a definição concreta das tipologias para o correcto dimensionamento do estacionamento, a resolução da questão da dimensão da empena e a inserção de serviços no logradouro que poderá ser colmatada através de destaque ou agregação aos volumes propostos;-----

--- **Dois ponto um** - Deverá também comunicar-se à requerente que o procedimento de licenciamento implicará sempre, conforme refere o Arquitecto António Duarte o registo do ónus de passagem do colector de recolha da águas residuais; e -----

--- **Dois ponto dois** - Deverá sugerir-se à requerente que o projecto para licenciamento seja acompanhado pelos técnicos da Divisão de Gestão Urbanística – DGU, a fim de se poder contemplar um desenho urbano que favoreça a existência de um espaço público, a resolução da ocupação do triângulo (possível domínio público) e a partição dos volumes agora propostos evidenciando um remate cuidado das construções próximas existentes.”

--- Pelos senhores Vereadores, foram suscitadas algumas dúvidas, tendo a **Directora do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, prestado alguns esclarecimentos relativamente à questão dos limites entre as zonas Z dois e Z três, dado que nas plantas do Plano Director Municipal a escala diminuta não permite definir com clareza onde passa a referida delimitação.-----

--- Referiu também, que se trata somente de fixar com clareza o local onde passa o limite em causa e não proceder à alteração da definição do mesmo. -----

--- Após prestados os devidos esclarecimentos o senhor Presidente propôs o seguinte: --

--- **Um** – Rejeitar liminarmente a pretensão em causa, em face da informação atrás transcrita;-----

--- **Dois** – Aprovar a definição do limite entre as zonas Z dois e Z três a tardoz das construções, permitindo considerar-se que o edifício proposto possa assumir uma cêrcea até vinte cinco metros, condicionado ao cálculo da média de alturas.-----

--- Submetida a mesma a votação, a Câmara deliberou o seguinte: -----

--- **UM** – Por unanimidade, informar o requerente de que a sua pretensão foi rejeitada liminarmente, em face da informação técnica, podendo no entanto apresentar nova proposta corrigida de acordo com as condições da referida informação.-----

--- **DOIS** – Por maioria, com abstenção do PS - Partido Socialista e CDU – Coligação Democrática Unitária, aprovar a definição do limite entre as zonas Z dois e Z três a tardoz das construções, permitindo considerar-se que o edifício proposto possa assumir uma cércea até vinte cinco metros, condicionado ao cálculo da média de alturas.-----

----- **OUTRAS DELIBERAÇÕES** -----

--- **RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM DE DOIS MIL E CINCO** -----

--- O **senhor Presidente em exercício** colocou o assunto em epígrafe em debate, tendo-se verificado as seguintes intervenções:-----

--- Senhor **Vereador Rui Barreiro** – Começou por considerar que a prestação de contas em apreço é o desmentido formal de muitos dos números que têm sido apresentados pelo PSD - Partido Social Democrata, designadamente em questões relacionadas com o pessoal, com o problema da dívida e até com a questão dos juros. -----

--- Disse não ter gostado muito de ler a introdução do documento, subscrita pelo senhor Vereador Ramiro Matos, onde é abundantemente citado e ainda por cima com uma chamada de atenção, acrescentando que, independentemente da posição de voto do PS - Partido Socialista, não se revê na referida introdução. -----

--- Salientou, de seguida alguns aspectos específicos dos documentos, que ilustram, na sua opinião, o desmentido acima referido, designadamente: -----

--- A relação dos limites legais de despesa com pessoal e a sua evolução desde dois mil e um. Em dois mil e um a percentagem do limite legal era cinquenta e oito vírgula quinze e, em dois mil e cinco é de quarenta e dois vírgula noventa e oito por cento o que mostra significativamente o esforço que foi feito relativamente a esta matéria. Destacou ainda que a despesa com o quadro de pessoal representa vinte e cinco vírgula setenta e nove por cento quando relacionada com a despesa corrente e em termos de percentagem de

limite legal quarenta e dois vírgula noventa e oito por cento. Relativamente às despesas com pessoal além do quadro realçou que continuam a registar-se valores muito inferiores aos limites fixados por lei – trinta e um vírgula sete por cento - representando um peso marginal no contexto das receitas correntes de quatro vírgula sessenta e seis por cento.--

--- No que se refere à evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo a terceiros chamou a atenção para a quantidade de obras que se realizaram e que resultaram naqueles valores. -----

--- Ao contrário do que também é dito na introdução, na estrutura da receita nota-se positivamente o aumento, ainda que ligeiro, do peso das receitas próprias assim como da venda de bens e serviços correntes e de investimento na receita total. Referiu também que na página vinte e seis se pode ver claramente nos quadros apresentados o grau de cobertura global das receitas e das despesas destacando de forma positiva o facto da receita corrente cobrir a despesa corrente o que também é normal. As receitas de capital continuam a ser inferiores às despesas da mesma natureza, comprovando-se assim o uso de receitas correntes para a realização de despesas de capital. Portanto – afirmou - nem sempre se está a fazer investimento do lado errado e realçou a questão da capacidade de captação de receitas. -----

--- Chamou ainda a atenção para a diminuição gradual que se verificou na questão da capacidade de endividamento de médio e longo prazo, onde referiu ter sido feito um esforço no ano anterior, salientando o ano de dois mil e quatro com um decréscimo de dezassete por cento. -----

--- Realçou também o Balanço Social referindo que existem seiscentos e quarenta e seis funcionários, registando-se um aumento de quarenta e seis trabalhadores em relação a dois mil e quatro. Admitiu que no âmbito da formação houve um ligeiro decréscimo. ---

--- Reforçou a ideia de que se este documento não tivesse a introdução do senhor Vereador Ramiro Matos mereceria o aplauso do PS - Partido Socialista na totalidade. Sublinhou, mais uma vez, que este é o melhor documento para desmentir todos os valores que têm vindo a ser aumentados, designadamente a questão dos juros que é significativa. -----

--- A concluir a sua intervenção disse rever-se integralmente no último parágrafo da introdução onde é referido claramente que os funcionários se empenharam. Refere o documento para além de prestar todas as análises técnicas e políticas, “...restando ressaltar o excelente mérito, dedicação e empenho dos técnicos da área financeira da autarquia, que conseguiram produzir, em simultâneo, os dois documentos”. Considerou, efectivamente, importante realçar o trabalho desenvolvido pelos funcionários da Câmara Municipal que puderam produzir este documento com a qualidade habitual. -----

--- Senhor **Vereador Manuel Afonso** –Felicitou os técnicos da Autarquia pela qualidade deste trabalho que reflecte as contas da Câmara Municipal de Santarém. Disse ter sido com grande expectativa que aguardou a entrega deste documento face ao que tem sido dito relativamente à dívida da Câmara. Em seu entender quando se empola a dívida da Câmara é o Concelho que fica mais prejudicado, perdendo, por exemplo, poder de negociação e crédito nas aquisições de bens ou serviços para a Autarquia. -----

--- Manifestou a sua satisfação por ver a capa deste documento ilustrada com uma fotografia do brasão da Cidade de Santarém executado com pedra de Alcanede. Sugeriu que esta obra seja rapidamente concluída, colocando-se a respectiva iluminação nesta homenagem ao azeite e às oliveiras de Santarém. -----

--- Realçou, em seguida alguns dados constantes do documento, designadamente: -----

--- As despesas correntes no valor de vinte milhões oitocentos e oitenta mil duzentos e trinta e sete euros e oito cêntimos que são claramente inferiores às receitas correntes que foram vinte e três milhões oitenta e sete mil cento e setenta e sete euros. -----

--- Na evolução da dívida de curto, médio e longo prazo destacou dívidas de terceiros à Câmara Municipal de Santarém no montante de oito milhões seiscentos e noventa e oito mil trezentos e oitenta e um euros e quarenta e cinco cêntimos. -----

--- Dívidas a terceiros de curto prazo – vinte e oito milhões duzentos e setenta e nove mil cento e quarenta euros e quinze cêntimos. -----

--- Dívidas a terceiros de médio e longo prazo – vinte e dois milhões setecentos e oitenta e dois mil e setenta e seis euros e onze cêntimos. -----

--- Considerou que estes valores significam que deduzindo os cerca de oito milhões da

dívida de terceiros à Câmara Municipal de Santarém, fica uma dívida de dezanove milhões quinhentos e oitenta e nove mil setecentos e cinquenta e oito euros e setenta e cinco cêntimos e que somando aos vinte e dois milhões setecentos e oitenta e dois mil e setenta e seis euros e onze cêntimos a dívida da Câmara Municipal de Santarém é de quarenta e dois milhões trezentos e setenta e um mil oitocentos e trinta e quatro euros e oitenta e seis cêntimos, porque se é dívida aquilo que a Câmara deve, é receita aquilo que devem à Câmara.-----

--- Realçou que, na página trinta e um, referente à “Capacidade de Endividamento de médio e longo prazos”, se pode concluir, comparando com os anos de dois mil e três e dois mil e quatro, que houve uma melhoria, pois verificou-se uma diminuição gradual, sendo de salientar o ano de dois mil e quatro com um decréscimo de dezassete por cento.

--- Manifestou agrado por verificar no balanço que no final do ano existiam depósitos em instituições financeiras no valor de um milhão cento e catorze mil oitocentos e sessenta e oito euros e noventa cêntimos, ou seja, mais um milhão a deduzir na dívida da Câmara.-----

--- Referiu-se também aos juros suportados pela Autarquia em dois mil e cinco no valor de novecentos e oito mil novecentos e quarenta e nove euros e treze cêntimos o que significa uma dívida por dia de dois mil seiscentos e noventa e seis euros salientando a diferença desse valor para quarenta milhões por dia. -----

--- Em resumo, considerou que estas contas reflectem efectivamente aquilo que é a situação real da Autarquia e congratulou-se pela forma como estão apresentadas.-----

--- Senhor **Vereador José Marcelino** – Começou por se referir ao grau de execução das despesas de capital, considerando que não faz sentido, num orçamento com sessenta e nove milhões de euros, o grau de execução não ir além dos trinta e cinco/quarenta por cento. -----

--- Prosseguiu salientando que a despesa corrente atinge um grau de execução de cerca de noventa por cento e, contudo, o total do que é orçamentado fica na ordem do cinquenta/sessenta por cento devido ao grau de execução das despesas de capital que descem abruptamente.-----

--- Considerou importante que, no futuro, na elaboração dos orçamentos se tivesse a noção da realidade para evitar este grau de execução tão baixo nas despesas de capital.--

--- Quanto às receitas, admitiu que, confrontando com dois mil e quatro, houve um conjunto de receitas inferiores em cerca de sete milhões de euros, considerando este valor significativo. -----

--- Relativamente à dívida referiu que, efectivamente em trinta e um de Dezembro a dívida a terceiros era de quarenta e dois milhões trezentos e setenta e um mil oitocentos e trinta e quatro euros e oitenta e seis cêntimos, aliás menos três por cento do que o ano anterior, o que significa que houve amortização da dívida de médio longo prazo, apesar de a mesma continuar elevada. -----

--- Considerou a dívida como uma pecha que a Câmara tem, salientando que a mesma se tem vindo a acumular ao longo dos anos. Em sua opinião poderia ter-se feito mais para que não se estivesse nesta situação difícil.-----

--- Prosseguiu referindo que, com os instrumentos que neste mandato já foram aprovados pela Câmara, haverá condições de limpar o passivo a curto prazo para que a Câmara possa ter capacidade para exigir qualidade e preço.-----

--- Relativamente ao Balanço Social concordou que efectivamente a Autarquia passou de seiscentos para seiscentos e quarenta e seis trabalhadores, realçando o aumento no número de licenciados de setenta e nove para noventa e seis. -----

--- Considerou preocupante o facto de se passar de uma média de vinte e oito dias de faltas por trabalhador em dois mil e quatro para cinquenta faltas por trabalhador em dois mil e cinco. Destacou que o número total de faltas subiu oitenta e sete por cento referindo que devem ser tomadas medidas.-----

--- Quanto à formação profissional disse não lhe parecer que os custos tenham descido apenas devido à transferência para a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo de alguma formação. Considerou extremamente importante que haja uma aposta forte na formação profissional, devendo a mesma ser constante.-----

--- Senhor **Presidente em exercício** – Começou por aludir às palavras que profere na introdução dos documentos em apreço, afirmando que as mesmas correspondem a uma

apreciação muito objectiva daquilo que os mesmos contêm, tendo até utilizado um parágrafo do anterior Presidente da Câmara que refere que este é efectivamente um documento onde se presta contas, onde se avalia o que ficou feito e o que ficou por fazer. Refere também, na sua introdução, que há um grande desvio face ao orçamentado, com uma execução global de cinquenta e três por cento em que na execução das despesas de capital se fica unicamente pelos trinta e quatro por cento. Realça, assim, o decréscimo em termos de investimento em dois mil e cinco face a dois mil e quatro de mais de cinco milhões de euros.-----

--- Faz também alusão à execução orçamental da parte da receita no que toca a fundos comunitários, que se ficou pelos seis por cento, desmentindo assim algumas afirmações que foram feitas relativamente a esta questão.-----

--- Relativamente à diferença dos números que aparecem no balanço e aqueles que foram anteriormente divulgados garantiu não ter havido qualquer empolamento.-----

--- Referiu ter realçado na sua introdução que, efectivamente, em termos de balanço a dívida é de cerca de cinquenta e um milhões de euros, todavia a verdade é que o total dos compromissos assumidos pela Câmara se situam na casa dos oitenta milhões.-----

--- Discordou do senhor Vereador Rui Barreiro quando diz que a prestação de contas desmente a questão da dívida. Em termos de balanço é a que consta nos documentos apresentados, mas a dívida não está toda orçamentada e, portanto, não pode aparecer no balanço. Há muitos compromissos que não tiveram cabimento e são efectivamente compromissos da Autarquia e têm que ser assumidos.-----

--- Lembrou que esta questão foi repetidamente referida quando se apresentaram os números. No balanço só estão cinquenta e um milhões mas há muita dívida por cabimentar, nomeadamente a questão dos juros. Os juros que são debitados pelas empresas estão a aguardar cabimento ou estão a aguardar a possibilidade de se negociar com essas empresas e eliminar as notas de crédito de juros.-----

--- Respondendo, ainda, às questões levantadas pelo senhor Vereador Rui Barreiro, referiu que, efectivamente a percentagem de despesas correntes em pessoal baixou mas o que interessa é o quanto é que a autarquia se vai aproximando do limite legal e, enquanto

que em dois mil e um ainda estava a vinte e três vírgula vinte e seis por cento do limite agora está a dezassete vírgula dezanove por cento e, portanto, o peso das despesas com pessoal, face às despesas correntes aumentou. Sublinhou que o que interessa é a percentagem a que a autarquia está de diferença face ao limite legal e, como se pode constatar ela é menor do que a diferença que existia em dois mil e um, em cerca de seis por cento. -----

--- Quando o senhor Vereador Rui Barreiro refere que na página vinte e três estão as dívidas a terceiros de curto, médio e longo prazo esquece-se que apenas ali consta o que estava cabimentado.-----

--- No que se refere à página vinte e sete, disse não compreender como é que o senhor Vereador Rui Barreiro consegue aquela leitura porque, efectivamente, se em dois mil e três o peso da receita de venda de bens e serviços correntes e de investimento era de treze por cento face à receita total, em dois mil e cinco já é só de doze por cento. Em seu entender a Câmara demonstra uma incapacidade de gerar receitas próprias e o peso destas receitas próprias é inferior por exemplo face ao ano de dois mil e três. -----

--- Realçou mais uma vez, apesar de constar na sua introdução, o excelente trabalho que foi feito que demonstra os excelentes técnicos que temos nesta área que se dedicam à Autarquia e vivem também os problemas da Autarquia. -----

--- A propósito da intervenção do senhor Vereador Manuel Afonso quando se refere à página quinze dizendo que tem menos despesas correntes do que receitas correntes, o senhor **Presidente em exercício** chamou-lhe a atenção para as despesas correntes face às despesas de capital: tem vinte milhões de despesas correntes e treze milhões de despesas de capital. Em sua opinião aqui é que se nota a diferença relativamente ao que as Câmaras conseguem canalizar para investimentos e verifica-se que houve cinco milhões e meio a menos de investimento em dois mil e cinco e as despesas correntes foram superiores em sete milhões de euros face às despesas de capital. -----

--- Relativamente à questão que foi abordada sobre os saldos nas instituições financeiras lembrou que há saldos consignados, há contas bancárias, por exemplo do POLIS, que só podem ser utilizadas no âmbito daquele programa e, portanto não se pode dizer há um

milhão de euros em depósitos porque não é verdade, são depósitos “consignados”. Referiu ainda que apesar de, efectivamente, existirem dívidas de terceiros à Câmara no montante de oito milhões não pode dizer-se que se vai abater esse valor para ver qual é que é a dívida da Câmara porque elas têm que efectivamente ser cobradas. -----

--- Relativamente à intervenção do senhor Vereador José Marcelino disse não estar a empolar a dívida, nem ter gosto em fazê-lo. Em seu entender dez milhões de contos de dívidas de curto prazo não sossegam ninguém e mesmo que fossem só cinco milhões também não sossegariam ninguém. -----

--- Relativamente às dívidas virem do anterior mandato comentou que se se analisarem os últimos quatro anos também se verifica que a dívida aumentou bastante. Só neste ano foram cerca de cinco milhões de euros. Existem nos últimos quatro anos demonstrações claras de que a dívida aumentou exponencialmente. Por estas contas vê-se que aumentou cerca de cinco milhões.-----

--- Relativamente às questões que o senhor Vereador José Marcelino focou a propósito da formação e absentismo o senhor **Presidente em exercício** considerou que são dois problemas que já tinha detectado na área do pessoal estando já a identificar e a autorizar formações de técnicos em áreas que efectivamente se traduzem em mais valias para a Câmara porque é muito importante formar e, atendendo também à média de habilitações dos técnicos da Câmara, é importante dar muito mais formação aos funcionários. Disse estar a ser preparada, no âmbito de um novo programa, formação que a autarquia irá aproveitar ao máximo para qualificar os nossos técnicos. Referiu que também estão a ser tomadas algumas medidas relativamente à questão do absentismo. -----

--- Senhor **Vereador Mário Santos** – Em resposta ao senhor Vereador Manuel Afonso a propósito da rotunda junto ao Modelo, esclareceu que existem alguns problemas, pelo que nem a rega, nem a electrificação do espaço estão em condições de avançar.-----

--- Senhor **Vereador Joaquim Neto** – Saliu o último parágrafo da introdução do senhor Vereador Ramiro Matos, que, em seu entender, diz tudo o que há para dizer sobre a prestação de contas: “O documento é claro e permitirá todas as análises técnicas e políticas a que o mesmo se presta”. Disse que números são números e que o senhor

Vereador Ramiro Matos chama dívida a tudo o que são compromissos assumidos, provavelmente até aos próprios encargos com pessoal, todavia não pode depois ignorar que existem dívidas de terceiros para a Câmara porque também são compromissos assumidos, embora em sentido contrário.-----

--- Senhor **Presidente em exercício** – Sublinhou que os compromissos assumidos mais tarde ou mais cedo têm que ser pagos e, portanto, são dívidas se não foram ainda pagos. Respondendo ao senhor Vereador Joaquim Neto disse concordar em retirar as dívidas de terceiros se o senhor Vereador também concordar que são oitenta milhões de euros de dívidas.-----

--- Senhor **Vereador Rui Barreiro** – Referiu que as leituras destes documentos são completamente opostas e considerou que há alguma intenção de empolamento. Comentou que se a Câmara deixar de fazer pagamentos os juros aumentam e as dívidas também. Referiu que na listagem de pagamentos que recebeu verificou de uma forma interessante que já foram pagas dívidas do ano de dois mil e seis deixando por pagar outras mais atrasadas, o que significa que afinal não há grande preocupação relativamente a esta matéria.-----

--- Relativamente à questão dos juros referiu que a prática corrente de uma boa gestão é tentar negociar com os fornecedores, pelo que espera, a haver juros a pagar, que essa negociação seja favorável à Câmara.-----

--- Sublinhou que foi no mandato anterior que houve maior aproveitamento de fundos comunitários por parte do Município de Santarém.-----

--- Disse esperar que no próximo quadro se consiga fazer melhor e que a autarquia seja ainda mais eficaz e eficiente na utilização dos fundos comunitários.-----

--- Relativamente à questão da dívida ser de oitenta milhões de euros considerou que os números não são claros e obviamente não pode concordar com esses valores.-----

--- Considerou que a Autarquia tem efectivamente uma dívida que é preocupante mas o Executivo Municipal já aprovou soluções, com os votos favoráveis do PS - Partido Socialista, que permitem aliviar a dívida de curto prazo.-----

--- Afirmou que esta prestação de contas é para os eleitos do Partido Socialista clara e

líquida e estão disponíveis para votar favoravelmente apresentando, obviamente, voto de protesto relativamente à introdução com a qual não concordam e consideram de algum excesso.-----

--- Senhor **Vereador Manuel Afonso** – Referiu que quando se fala em dívida às vezes esquecem-se as grandes obras que foram feitas no último mandato e que recordou: o Teatro Sá da Bandeira, o Largo do Seminário, o saneamento de Runes, o projecto AL-Margem, a escola de São Domingos, a escola da Moçarria, a escola das Fontainhas, o jardim da Anachoreta, o saneamento da Portela das Padeiras, a rotunda de Vale de Estacas, a Rua Aristídes Sousa Mendes, o Acesso –Sul, a estrada dos Amiais-Cortiçal, habitação social, Rua Primeiro de Dezembro, Rua João Afonso, Rua Pedro Canavarro, Estrada das Cortezes. Todas estas obras contribuíram para aumentar a dívida, mas são obras que ficam para o Concelho, são obras importantes e que a todos devem orgulhar, afirmou.-----

--- Informou que as oliveiras na rotunda do Modelo foram plantadas por técnicos da Câmara Municipal de Santarém. Essas árvores iam ser abatidas e houve o cuidado de as transplantar para aquele local. Acrescentou que os problemas que surgiram não têm a ver com a obra porque um saneamento não é uma lixeira e o que acontece é que naquele local está a ser depositado lixo. Manifestou-se disponível para acompanhar o senhor Vereador Mário Santos ao local.-----

--- Senhor **Vereador José Marcelino** – Frisou que durante o mandato anterior fez o melhor que podia e sabia e sempre lutou contra aquilo que considerava desperdício. A este propósito lembrou que a CDU - Coligação Democrática Unitária votou contra todos os relatórios e contas do anterior mandato e votou exactamente por razões que tiveram a ver com o avolumar da dívida, independentemente das obras citadas pelo senhor Vereador Manuel Afonso serem importantes para o Concelho. Disse desejar que o PSD – Partido Social Democrata, agora na gestão da Câmara faça outras obras e se puder fazer melhor aplaudirá com certeza também essa execução. -----

--- Referiu que a CDU - Coligação Democrática Unitária sempre votou contra os anteriores Relatórios e Contas, não sendo essa a posição de voto neste momento. Disse

que se irá abster pelas razões que apontou. Continua a pensar que o caminho não pode ser o que tem vindo a ser seguido, devendo ser feita alguma correcção na forma de gestão do município. Disse esperar que no próximo ano possa, eventualmente, dizer que a gestão foi correcta naquilo que é a sua interpretação do que são os gastos supérfluos. Este ano não vota contra porque houve mudança de execução, houve algumas obras importantes. A este propósito lembrou que há alguns anos se entrava em Santarém e saía por duas azinhas e agora se entra e se sai por uma estrada com alguma qualidade. Saliu também a importância da estrada de São Domingos. -----

--- A concluir a sua intervenção disse ser importante que a Autarquia faça cada vez mais por Santarém para que a sua população possa viver cada vez melhor. Desejou que a situação da dívida se resolva bem e haja consenso na sua resolução tendo em vista o benefício do concelho de Santarém. -----

--- Por último interveio o senhor **Presidente em exercício** afirmando que o PSD – Partido Social Democrata irá votar favoravelmente estes documentos cingindo-se ao seu conteúdo e fazendo da introdução a respectiva declaração de voto. -----

--- A seguir submeteu o assunto a votação tendo a Câmara deliberado, por maioria, com os votos a favor do PSD - Partido Social Democrata e do PS - Partido Socialista e a abstenção da CDU - Coligação Democrática Unitária, aprovar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santarém de dois mil e cinco, que se dão por integralmente transcritos na presente acta, dela fazendo parte integrante, ficando os mesmos arquivados em pasta anexa ao livro de actas (Documentos I e II). -----

--- Mais foi deliberado, remeter este assunto à Assembleia Municipal de Santarém para apreciação e votação. -----

--- Em virtude de constituir Declaração de Voto do PSD - Partido Social Democrata transcreve-se em seguida a introdução do Relatório de Gestão e Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santarém de dois mil e cinco: -----

--- “Em respeito pelas normas da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, da Lei número quarenta e dois/noventa e oito, de seis de Agosto

e respectivas alterações, e do Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A/noventa e nove, de vinte e dois de Fevereiro, apresentam-se à apreciação dos Órgãos do Município os documentos da Prestação de Contas referentes ao ano de dois mil e cinco. -----

--- Parafrazeando o anterior Presidente do executivo, no documento similar referente ao ano de dois mil e quatro, *“para além do cumprimento dos normativos legais, os documentos apresentados procuram traduzir de forma clara e consistente as actividades desenvolvidas em dois mil e quatro pelo Município, bem como a sua situação patrimonial e financeira, de modo a que todos os que se interessem pela actividade e gestão municipais possam ter elementos para avaliar e julgar o que foi feito e o que ficou por fazer, os meios que foram efectivamente disponibilizados ao Município e a eficácia da sua utilização”* (sublinhado nosso). -----

--- Uma leitura atenta das próximas páginas permitirá a verificação dos principais dados da actividade do Município no ano de dois mil e cinco. -----

--- Sendo certo que existiu uma mudança do executivo em vinte e cinco de Outubro, também facilmente se concluirá que os dois últimos meses do ano não têm grande expressão nestes documentos, até por se tratarem de um “período de adaptação”. -----

--- De realçar a fraca execução orçamental, notando-se um elevado desvio entre o inicialmente previsto e o realizado a trinta e um de Dezembro . Uma execução global de cinquenta e três, sete por cento, em que o investimento se ficou pelos trinta e quatro vírgula dezasseis por cento, bem como a comparação com o ano anterior, em que se nota o decréscimo de investimento em cerca de cinco milhões e meio de euros, são o espelho da gestão no ano de dois mil e cinco. -----

--- É visível ainda a incapacidade demonstrada para gerar receitas próprias pela Câmara Municipal, que acentua o desaceleramento ao nível do investimento público no Concelho. -----

--- Nota também para a execução das rubricas orçamentais referentes a receitas de fundos comunitários que se ficam pelos escassos seis por cento. Tendência contrária ao decréscimo de investimento e execução de fundos comunitários se alcança com a análise da dívida municipal no balanço. -----

--- Dos quarenta e cinco milhões novecentos e cinco mil setecentos e quarenta euros e quarenta e três cêntimos de dois mil e quatro, passamos para cinquenta e um milhões sessenta e um mil duzentos e dezasseis euros e vinte e seis cêntimos em dois mil e cinco. Mas, infelizmente, e como já se explicou noutros momentos, os compromissos totais assumidos pelo Município ultrapassam os oitenta milhões de euros pois muitos deles não estão espelhados no balanço. -----

--- O documento é claro e permitirá todas as análises técnicas e políticas a que o mesmo se presta, restando ressaltar o excelente mérito, dedicação e empenho dos técnicos da área financeira da autarquia, que conseguiram produzir, em simultâneo, os dois documentos basilares da vida anual de uma Câmara Municipal: o orçamento e a prestação de contas, demonstrando o seu sentido de profissionalismo e dedicação ao serviço público.” -----

-- **APOIO PARA PAGAMENTO DE RENDAS - PEDIDO DE MARIA DE LURDES CALISTO PRUDENTE NÚNCIO FERREIRA** -----

--- Pelo **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, foi presente a informação número trinta e cinco, de dezasseis de Janeiro último, do seguinte teor: -----

--- “Maria de Lurdes Calisto Prudente Núncio Ferreira, vem solicitar a esta Câmara Municipal o apoio para o pagamento de renda de uma habitação em mercado privado, na estrada de São Domingos, Lote dois, primeiro andar esquerdo, na freguesia de São Nicolau, com uma renda mensal de trezentos e trinta euros. -----

--- Trata-se de um agregado monoparental (mãe e dois filhos menores), sem uma rede familiar de apoio. A requerente tem como única fonte de rendimento, o Rendimento Social de Inserção, no valor de trezentos e cinquenta e três euros e sessenta e cinco cêntimos. Tem acção judicial a decorrer em tribunal para estabelecer a pensão de alimentos a pagar pelo ex-marido. Trata-se de um agregado familiar em situação de carência e vulnerabilidade económica. -----

--- Face ao exposto, e à semelhança de processos anteriores propõe-se a atribuição de apoio para o pagamento da renda no valor de seiscentos e sessenta euros, correspondente a dois meses de renda, como forma de apoiar o agregado a equilibrar a situação

económica.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir a Maria de Lurdes Calisto Prudente Núncio Ferreira, um apoio no montante de seiscentos e sessenta euros, correspondente a dois meses de renda.-----

-- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE HABITAÇÃO MUNICIPAL - PEDIDO DE PAGAMENTO DE QUOTAS ANUAIS EM ATRASO -----

--- Pelo **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, foi presente a informação número duzentos e noventa e três, de vinte e três de Março, do seguinte teor:-----

--- “ – Conforme nossa informação número catorze, de quinze de Janeiro de dois mil e dois, em reunião de Assembleia Municipal de treze de Novembro de dois mil e um, foi aprovada a proposta de adesão da Câmara Municipal de Santarém como associado fundador da Associação Portuguesa de Habitação Municipal; -----

--- - Em vinte de Fevereiro, esta Autarquia procedeu ao pagamento da contribuição pecuniária, no total de setecentos e cinquenta euros, relativos aos anos de dois mil e um e dois mil e dois (cento e cinquenta euros e seiscentos euros, respectivamente);-----

--- - em sete de Novembro de dois mil e cinco, recebeu esta Câmara Municipal o ofício número noventa e seis da Associação Portuguesa de Habitação Municipal relativo aos avisos de cobrança em atraso, nomeadamente: -----

--- * Aviso número seis, de Janeiro de dois mil e três, no montante de mil euros, referente à contribuição pecuniária de dois mil e três.-----

--- * Aviso número seis CE, de Janeiro de dois mil e três, no montante de dois mil duzentos e setenta e cinco euros, referente à contribuição pecuniária extraordinária de dois mil e três. -----

--- * Aviso número três, de Janeiro de dois mil e quatro, no montante de mil euros, referente à contribuição pecuniária de dois mil e quatro.-----

--- * Aviso número três, de Janeiro de dois mil e cinco, no montante de mil euros, referente à contribuição pecuniária de dois mil e cinco.-----

--- Na reunião de Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Habitação Municipal, de quatro de Junho de dois mil e dois, foi aprovada, por unanimidade, a prestação

pecuniária extraordinária, no valor de dois mil duzentos e setenta e cinco euros, a fixar para os associados a admitir no prazo de cinco anos, período de amortização das obras de instalação da sede da Associação Portuguesa de Habitação Municipal.-----

--- Uma vez que a acta se refere que a prestação deverá ser fixada aos associados a admitir e dado que a Câmara Municipal de Santarém é associado fundador, contactei a Dr.ª Ana Mateus para esclarecimento da necessidade ou não desta contribuição. -----

--- Fui informada que, embora se verifique a incorrecção no registo da acta, a Câmara Municipal de Santarém deverá proceder a este pagamento pois o prazo de cinco anos é a contar desde o início da constituição da Associação.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder ao pagamento, à Associação em epígrafe, das quotas anuais referentes aos anos de dois mil e três, dois mil e quatro e dois mil e cinco, no montante global de cinco mil duzentos e setenta e cinco euros. -----

-- **ENCARGOS COM UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES PARA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO PARA O ANO LECTIVO DOIS MIL E CINCO/DOIS MIL E SEIS**-----

--- Pela **Chefe de Divisão da Educação em Regime de Substituição**, Dr.ª Maria José Montez, foi presente a informação número trezentos e nove, de vinte e oito de Março findo, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência das informações número oitocentos e três/dois mil e cinco, de oito de Setembro e número cento e quatro/dois mil e seis, de um de Fevereiro, vimos por este meio propor a **anulação de subsídio para cedência de espaço no valor de cento e cinquenta euros por mês ao Clube Amiense** por já não se verificar nenhum serviço ligado à Educação no espaço do Clube Amiense durante o presente ano lectivo e **acréscimo de cento e cinquenta euros de subsídio para cedência de espaço à Junta de Freguesia de Azoia de Baixo** (para além dos 150 euros já aprovados na informação número cento e quatro/dois mil e seis), pela cedência de instalações não só para a sala de Pré-escolar do Centro de Apoio Infantil e Comunitário mas também para funcionamento da Escola do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, perfazendo, assim, um total de subsídio de trezentos euros por mês à Junta de Freguesia de Azoia de Baixo.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, revogar parcialmente a deliberação de vinte e três de Janeiro de dois mil e seis, anulando o subsídio mensal referente ao ano lectivo dois mil e cinco/dois mil e seis, atribuído ao Clube Amiense para cedência de espaço, no valor de cento e cinquenta euros. -----

--- Mais foi deliberado atribuir à Junta de Freguesia de Azoia de Baixo um subsídio mensal, complementar ao atribuído na reunião de vinte de Março de dois mil e seis, de mais cento e cinquenta euros, durante o presente ano lectivo.-----

-- **ATLÉTICO CLUBE DE PERNES - PEDIDO DE APOIO À REALIZAÇÃO DO II TORNEIO DE FUTEBOL DE FORMAÇÃO** -----

--- Na sequência de um pedido de apoio, do Atlético Clube de Pernes, para realização, do “II Torneio de Futebol de Formação”, daquele clube, onde estará em disputa o “Troféu Comendador José Gonçalves Pereira”, o **Técnico Superior, Carlos Pinhão Coutinho**, propôs a atribuição de um apoio igual ao do ano transacto, no valor de setecentos e cinquenta euros, uma vez que o torneio em questão envolve todas as crianças praticantes de futebol do concelho de Santarém. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir ao Atlético Clube de Pernes um subsídio no montante de setecentos e cinquenta euros para apoio à realização do referido evento. -----

-- **CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE SANTARÉM - PEDIDO DE APOIO PARA PARTICIPAÇÃO EM DOIS EVENTOS MÚSICAIS**-----

--- Na sequência de um pedido de subsídio, do Conservatório de Música de Santarém, para participação no “Concurso Nacional de Piano Maria Campina”, a realizar em Faro, de um a cinco de Maio, e no concurso “Guitar-Symposium de Iserlohn dois mil e seis”, a realizar em Iserlohn na Alemanha, de vinte e seis a vinte e nove de Julho, a Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no montante de mil euros ao Conservatório em causa. -----

-- **COMISSÃO ORGANIZADORA DA SEMANA ACADÉMICA DE SANTARÉM - PEDIDO DE APOIO**-----

--- Na sequência de um pedido de subsídio, da Comissão Organizadora da Semana

Académica de Santarém, a Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, atribuir àquela Comissão um subsídio no montante de cinco mil euros, destinado à realização da Semana Académica de Santarém.-----

-- **TRÂNSITO - COLOCAÇÃO DE SINAL DE "PARAGEM OBRIGATÓRIA" À SAÍDA DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO AFECTO À ESCOLA DO ENSINO BÁSICO DOS SEGUNDO E TERCEIRO CICLOS DOM JOÃO II, EM JARDIM DE BAIXO, NESTA CIDADE**-----

--- Foi presente uma carta subscrita pelos moradores na Rua João Paulo II, no Jardim de Baixo, freguesia de Salvador, nesta Cidade, solicitando a colocação de um sinal de "STOP" junto à referida rua, a fim de regular o trânsito relativamente aos veículos que saem do parque de estacionamento afecto à Escola do Ensino Básico dos Segundo e Terceiro Ciclo Dom João II.-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a colocação do sinal de "Paragem obrigatória" à saída do Parque de estacionamento afecto à Escola do Ensino Básico dos Segundo e Terceiro Ciclo Dom João II, em Jardim de Baixo, nesta Cidade. --

-- **RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM DE DOIS MIL E CINCO**-----

--- Para efeitos de apreciação e votação, foi presente o documento em epígrafe, que se dá por integralmente transcrito nesta acta, ficado o mesmo arquivado em pasta anexa ao livro de actas (Documento III).-----

--- Interveio o senhor **Vereador José Marcelino** salientando que “nos últimos quatro anos os Serviços Municipalizados de Santarém geraram meios libertos para investimento de seis milhões de euros.”-----

--- Submetido o assunto a votação pelo senhor Presidente em exercício, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Santarém de dois mil e cinco.-----

--- Mais foi deliberado, remeter este assunto à Assembleia Municipal de Santarém para apreciação e votação.-----

-- **ACORDO DE GEMINAÇÃO A CELEBRAR ENTRE AS CÂMARAS**

MUNICIPAIS DE SANTARÉM E DE GRÂNDOLA -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com os termos do Protocolo de Geminação e do Acordo de Cooperação a realizar entre as Câmaras Municipais de Santarém e de Grândola, que se dão por integralmente transcritos, ficando os mesmos anexos à presente acta (Documento III).-----

--- Mais foi deliberado, remeter o presente assunto à Assembleia Municipal de Santarém para efeitos de aprovação e votação. -----

-- **PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES DE DOIS MIL E SEIS/DOIS MIL E SETE** -----

--- Pelo **Director do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, Dr. Nuno Domingos, foi presente a informação número trezentos e setenta e dois, de doze do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Serve a presente de capa ao Plano de Transportes Escolares dois mil e seis/dois mil e sete, o qual se submete à consideração de V. Ex.^a.-----

--- O mapa I traduz o funcionamento previsional dos Transportes Escolares no próximo ano lectivo no que respeita a número de alunos por nível de ensino e encargos envolvidos nas Escolas do concelho e fora do Concelho.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com o Plano de Transportes Escolares apresentado para o ano lectivo de dois mil e seis/dois mil e sete.-----

--- O referido mapa I (Documento IV) e o Plano de Transportes Escolares dois mil e cinco/dois mil e seis (Documento V), ficam anexos à presente acta, dando-se por integralmente transcritos. -----

-- **NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM NO FESTIVAL NACIONAL DE GASTRONOMIA** -----

--- Pelo senhor **Vereador do Turismo**, Dr. Ramiro Matos, foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Nos termos do artigo trinta e dois do Regulamento Interno do Festival Nacional de Gastronomia, a composição dos Órgãos desta Associação traduz-se na nomeação de representantes da Autarquia e da Região de Turismo, segundo a distribuição a seguir

descrita:-----

--- Mesa da Assembleia Geral: dois elementos da Câmara Municipal de Santarém e um elemento da Região de Turismo do Ribatejo-----

--- Direcção: três elementos da Região de Turismo do Ribatejo e dois elementos da Câmara Municipal de Santarém-----

--- Conselho fiscal: dois elementos da Câmara Municipal de Santarém e um elemento da Região de Turismo do Ribatejo -----

--- Assim, e sendo urgente a nomeação dos titulares dos referidos órgãos, propõe-se que a Câmara delibere a seguinte composição, por partidos políticos representados na Câmara Municipal de Santarém, à semelhança do mandato anterior, sendo os nomes indicados pelos respectivos partidos:-----

--- Mesa da Assembleia Geral: Presidente: PSD - Partido Social Democrata; Segundo Secretário: PS - Partido Socialista; -----

--- Direcção: Vice-Presidente: PSD - Partido Social Democrata; Secretário CDU - Coligação Democrática Unitária; -----

--- Conselho Fiscal: Presidente: CDU - Coligação Democrática Unitária; Segundo Secretário: PS - Partido Socialista. -----

--- A indicação dos nomes deve ser feita no prazo de quarenta e oito horas, que será remetida pelo senhor Presidente da Câmara à Região de Turismo do Ribatejo para o prosseguimento do processo de nomeação de todos os titulares dos Órgãos.”-----

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro** informou que os representantes do PS - Partido Socialista naquela Associação são os senhores Vereadores Henriqueta da Graça Pereira Carolo e Luís Manuel da Graça Batista para segundos secretários respectivamente da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de nomeação apresentada pelo senhor Vereador Ramiro Matos. -----

----- **TEMAS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL**-----

--- Ofício número cento e trinta e cinco-um, de trinta de Março, do **Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português**, remetendo cópia da resposta do Governo ao

requerimento apresentado pela senhora Deputada Luísa Mesquita, sobre o Centro Cultural Regional de Santarém.-----

--- Tomado conhecimento.-----

-- Ofício número quatrocentos e quatro CONV, de seis de Abril, do **Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português**, remetendo convite para assistir, no auditório do edifício novo da Assembleia da República, no dia dezoito de Abril de dois mil e seis, a uma audição parlamentar de preparação da interpelação ao Governo sobre as condições de prestação e o acesso aos serviços públicos essenciais.-----

--- Tomado conhecimento.-----

-- Ofício número quatrocentos e oito/MAIL, de sete de Abril, do **Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português**, remetendo requerimento, apresentado pela senhora Deputada Luísa Mesquita na Mesa da Assembleia da República, sobre o envio do IRS via Internet.-----

--- Tomado conhecimento.-----

-- Sob proposta do **senhor Presidente**, a Câmara deliberou, unanimemente, aprovar em minuta os termos da presente acta a fim de produzir efeitos imediatos.-----

--- Finda a análise dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o **senhor Presidente em exercício** convocou a próxima reunião do Executivo Municipal para o dia vinte e seis de Abril, com início às dezassete horas e de acordo com a competência que lhe confere o número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, declarou aberto o “**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**”, não se tendo verificado qualquer inscrição.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada a reunião eram dezoito horas e trinta minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada.-----

--- E eu, _____ Chefe de Secção

a redigi e subscrevi. -----

----- **O PRESIDENTE** -----

--- Francisco Flores _____

----- **OS VEREADORES** -----

--- Rui Barreiro _____

--- Ramiro Matos _____

--- Manuel Afonso _____

--- Mário Santos _____

--- Joaquim Neto _____

--- José Marcelino _____

--- Lígia Batalha _____

--- Henriqueta Carolo _____